

comissões aos bancos

Armando Ourique

Washington — O Brasil concluiu, ontem, em reunião de mais de cinco horas, no Fundo Monetário Internacional, as condições para a renegociação da dívida externa com os bancos privados no período restante de 1983 e em 1984. Os termos são mais favoráveis do que conseguiu negociar em dezembro de 1982, segundo uma declaração do Governo e do Comitê Coordenador dos bancos divulgada à noite.

O pacote de 6 bilhões 500 milhões de dólares de novos empréstimos e de mais de 5 bilhões de dólares de reescalonamento das amortizações que vencem em 1984 terão taxas de spread (risco) e comissão mais reduzidas do que os termos da renegociação para 1983. Os prazos de pagamento serão superiores, com nove anos de maturação e cinco anos de carência, afirmou o comunicado.

Pontos vulneráveis

O comunicado, assinado pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e pelo presidente do comitê de Assessoramento dos bancos, William Rhodes, afirma ainda que foram concluídos "programas para a manutenção continuada das linhas de crédito interbancária e de financiamento às exportações". Estas duas linhas não foram cumpridas pelos bancos após as negociações de 1982 e constituíram-se nos pontos mais vulneráveis da dívida externa do Brasil.

A reunião contou com a presença do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e de quase 200 banqueiros dos 60 bancos que compõem o Comitê Coordenador.

Pastore, Rhodes e William Dale (diretor gerente-adjunto do FMI) iniciarão hoje uma volta ao mundo em duas semanas para apresentar a mais de 800 bancos credores do Brasil o acordo concluído ontem. Rhodes afirmou que já está feito "o cálculo geral" sobre o montante que cada banco deverá participar para o pacote de 6 bilhões 500 milhões de dólares, em novos créditos e mais de 5 bilhões de dólares para reescalonamento de amortizações.

Rhodes e Pastore esclareceram que o montante de créditos-ponte que deverão ser concedidos ao Brasil pelos grandes bancos para o país liquidar os seus atrasos até o fim do ano dependerá da posição do fluxo de caixa do Brasil em dezembro. Rhodes disse que seus dois presidentes-adjuntos do Comitê de Assessoramento o representarão em parte dos contatos com os bancos no Japão e no Oriente Médio, porque nestas ocasiões estará nos Estados Unidos coordenando os compromissos dos mais de 800 bancos credores de participação no pacote. Nos próximos dias, o Comitê de Assessoramento enviará telegramas com informações sobre o acordo e o que será esperado de cada banco.

Só um banqueiro falou à imprensa, após a reunião. Disse que Pastore informou que o Governo brasileiro pretende modificar sua estratégia para a implementação da nova política salarial.

O comunicado diz que as condições do pacote de novos empréstimos e de reescalonamento compreendem taxas de risco de 2% acima do libor (taxa interbancária de Londres) ou de 1,75% acima do prime rate americano. Disse ainda que as taxas de reescalonamento foram reduzidas de 1,5% para 1% em relação ao acordo de dezembro de 1982 que vigorou para 1983. Os prazos de pagamentos da renegociação passada foram de oito anos com 30 meses de carência, enquanto que esta renegociação prevê nove anos com cinco anos de carência.

Brasil pagará menos taxas e